

O sentido de “público” na cobertura telejornalística: a produção de notícias pela *É-Paraná* e pela RPCTV referentes ao massacre de 29 de abril de 2015 no Paraná¹

Ariane PEREIRA²

Naiara PERSEGONA³

Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Guarapuava, PR

Resumo

Em tempos de facilidades tecnológicas para a produção de vídeos e de redes sociais que disseminam esses conteúdo, as narrativas imagéticas e verbais das emissoras de televisão, através dos telejornais, no Brasil, continuam sendo uma voz de credibilidade na produção de verdades sobre determinados acontecimentos. Os TJs ditam, assim, para a sociedade modos de ler e interpretar os fatos. Pensando nisso, esse trabalho busca refletir sobre a noção de público – tanto de interesse público, quanto de jornalismo não necessariamente público, mas voltado para o público – a partir das coberturas de duas emissoras paranaenses – a comercial RPCTV, afiliada Rede Globo e a *É-Paraná*, televisão educativa do estado – para o massacre, em praça da capital, de funcionários do estado ocorrido no dia 29 de abril de 2015.

Palavras-chave: jornalismo; telejornalismo; público; RPCTV; *É-Paraná*.

Narrativas jornalísticas: interpretando os fatos

Dia a dia, fatos são contados, recontados, repercutidos. Ouvimos narrações de participantes dos acontecimentos, de observadores, de quem também escutou falar. A partir das informações que nos chegam, também nos posicionamos frente aos acontecimentos.

No último século, as narrativas jornalísticas se firmaram como perspectivas privilegiadas, tendo em vista a noção de que o jornalista era/é um observador isento dos fatos, com acesso a dados e fontes não possíveis para todos. Até pouco tempo não era incomum ouvir pessoas dizendo algo como: “impressionante isso. Só acreditei quando li no jornal”. Com o advento da televisão, que traz além da narração verbal do fato também seu complemento imagético, como confirmação do dito, essa confiança foi multiplicada.

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Cultura, mestre em Letras, Jornalista. Professora do Departamento de Comunicação Social da Unicentro, email: ariane_carla@uol.com.br.

³ Estudante de Graduação 4º. ano do Curso de Jornalismo da Unicentro, bolsista de Iniciação Científica do CNPq, email: naiara.persegona@gmail.com

As narrativas jornalísticas, desse modo, se estabeleceram como versões verdadeiras e confiáveis dos fatos, apontando para os sujeitos leitores, ouvintes ou telespectadores maneiras de ler e interpretar o mundo e, assim, também, se posicionar nele. Posição essa mantida ainda hoje, sobretudo para uma geração com mais de trinta anos, mesmo com as redes sociais, que disseminam e viralizam narrativas audiovisuais (possibilitadas também pelo avanço e pelo barateamento das tecnologias) produzidas por observadores comuns, muitas vezes participantes dos acontecimentos.

Tendo esse posicionamento como pressuposto – o de que os telejornais, ainda hoje, ditam modos de se interpretar os fatos – este trabalho pretende, a partir de uma cobertura específica, analisar os posicionamentos assumidos por duas emissoras de televisão paranaenses, uma com fins comerciais, a RPCTV, afiliada Rede Globo, e outra, tecnicamente pública, que é a É-Paraná, TV educativa ligada ao governo do estado. Com isso, pretende-se debater o conceito de público, ou melhor, de jornalismo de interesse público.

Para isso, lançaremos mão da cobertura dada pelas duas emissoras para o massacre de funcionários públicos do estado do Paraná, em sua maioria professores, por policiais militares, também servidores do mesmo estado, no dia 29 de abril de 2015, em Curitiba. Para este artigo, delimitamos como corpus de pesquisa as narrativas telejornalísticas (em seus vários formatos – stand-ups, VTs, notas cobertas, peladas, entrevistas...) sobre o tema exibidas pelos telejornais noturnos das emissoras no mesmo dia do acontecimento dos fatos. Delimitação que se explica pela suposição de que, como o confronto teve início pouco depois das 14 horas, grande parte dos paranaenses teria o primeiro contato com os fatos, ou minimamente com as cenas em movimento referentes ao acontecimento, nesses telejornais.

Entendendo o dia 29 de abril

O ano letivo de 2015 não começou nos primeiros dias de fevereiro para os professores e alunos das escolas e universidades estaduais paranaenses. Isso porque a população do estado, em sua maioria, foi surpreendida pelo anúncio do governo Beto Richa – depois do mesmo afirmar e reafirmar, durante a campanha pela reeleição no ano anterior, que as finanças do estado não apenas estavam em dia como eram invejáveis – de que o estado não tinha liquidez, não conseguia pagar seus fornecedores, muito menos investir. Situação, então, que levou o governo a tomar medidas urgentes e extremadas.

Tendo do seu lado a maioria dos deputados estaduais, o executivo enviou para a Assembleia Legislativa o “pacotão das maldades”, como ficou conhecido o conjunto de propostas, para ser votado em regime de urgência, sem debates, no sistema do “tratoração”. As medidas diziam respeito, sobretudo, ao fim de direitos trabalhistas garantidos por lei dos professores da rede básica de ensino e das universidades do estado. Entre os cortes estavam o fim dos quinquênios, das licenças especiais e uma mudança no sistema de previdência desses servidores. O estado, que já não vinha depositando há oito anos seu percentual, queria lançar mão dos oito bilhões de reais, recolhidos pelos servidores na ativa e aposentados, em caixa. Com isso, os servidores seriam migrados para um outro fundo previdenciário sem reservas, não mais público. A proposta também estabelecia como teto da aposentadoria um valor muito abaixo dos salários dos professores em final de carreira.

Em resposta ao pacotão e ao modo como ele foi encaminhado pelo governo, os professores da rede básica e universitários iniciaram o ano letivo em greve. Na data da votação das medidas em bloco, os professores tomaram a praça Nossa Senhora da Salete, que fica em frente à Assembleia e há poucos metros do Palácio do Iguaçu, sede do governo paranaense. A imagem dos deputados paranaenses chegando à AL num camburão para garantir que a votação fosse realizada correu o mundo. No momento da votação, os servidores conseguiram furar o bloqueio policial e invadiu a Assembleia, impedindo a votação.

Depois de muito impasse, o pacotão foi retirado de pauta com a promessa de que as medidas seriam encaminhadas separadamente, para votação em regime normal, sem lançar mão do recurso do tratoração. Outra promessa do governo é que a questão previdenciária, antes de voltar à AL, seria amplamente discutida com os servidores. Assim, os professores voltaram para a sala de aula na segunda quinzena de março.

Um mês depois, sem debate e sem consenso, a reforma da previdência dos professores, a Paranáprevidência, volta para a Assembleia Legislativa para votação. Em resposta, os servidores, que haviam mantido estado de greve, retomam a paralisação. As votações do projeto de lei, a pedido do legislativo e do executivo, e com autorização do poder judiciário, ocorreram a portas fechadas, sem o acompanhamento de populares nas galerias da AL. Independentemente, os professores foram para a praça Nossa Senhora de Salete, objetivando demonstrar seu posicionamento contrário ao conteúdo do projeto de lei em votação. O governo por sua vez, para garantir a votação, deslocou policiais militares, responsáveis pelo policiamento da capital e de diversas cidades do estado, para o Centro

Cívico de Curitiba. O objetivo era impedir que os professores furassem o cerco e chegassem ao plenário.

No dia 28 de abril, durante a primeira votação do projeto, já ocorreu enfrentamento entre manifestantes e policiais, que usaram de spray de pimenta e gás lacrimogêneo para conter as demonstrações de repúdio. E essa foi apenas uma amostra do que aconteceria no dia seguinte. Depois dos fatos, muitos analistas apontam a ação do dia 28 como um teste para a estratégia montada para a data da votação em definitivo, possibilitando aos policiais e à Secretaria de Segurança Pública do estado observar os possíveis pontos de fuga dos manifestantes.

Em 29 de abril, pouco depois das 14h, os deputados deram início às discussões que resultariam na votação do projeto de lei. Assim que a votação teve início, começou, também, do lado de fora, uma batalha entre servidores e policiais militares. A força policial foi desproporcional ao número de manifestantes e os aparatos eram desconhecidos. Além dos tradicionais cacetetes e escudos, policiais utilizaram balas de borracha - disparadas a uma distância muito curta dos alvos e sem respeitar a norma de atingir apenas da cintura para baixo -, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, e spray de pimenta. O ataque também veio dos céus. Helicópteros passaram a sobrevoar a área e a atirar bombas contra os professores. Ao fim da batalha, mais de duzentos servidores ficaram feridos, um massacre.

Televisão educativa e televisão comercial: características

Acontecimento político-social que marcou a história paranaense. Naquele e nos próximos dias, foi, certamente, o principal assunto da mídia do estado. Jornais, revistas, portais de notícia, emissoras de rádio e de televisão se valeram de narrativas próprias, construídas pelas equipes de reportagem que estavam no local, mas também de conteúdo produzido por terceiros, professores que participavam do ato ou não. Acontecimento público, de relevância pública, contado por um serviço que também é público, tal qual é o caráter do jornalismo.

Público, então, pode designar ou qualificar, adquirindo assim muitos significados e significações. Público, para o jornalismo, inicialmente, é o grupo de pessoas a quem nos dirigimos, no caso do jornalismo de TV, os telespectadores. Ou seja, uma designação para os sujeitos. Público, enquanto designação, também são as pessoas retratadas nas reportagens jornalísticas, os chamados personagens - tão valorizados, a partir do final dos

anos 1990, de modo que nenhuma matéria poderia ser exibida sem o testemunho de alguém que vivenciasse a situação retratada. Iluska Coutinho chama essa incorporação do público pelo telejornalismo de "aliança do sensível" (2014, p.177).

É em nome do público, e a partir daqui começamos a adentrar nas veredas do público enquanto qualificação, "e para oferecer a esses cidadãos um serviço de qualidade, uma atividade também de caráter público, que o Telejornalismo e suas narrativas se estruturam" (COUTINHO, 2014, p.176). A informação, sobretudo nos dias de hoje, é um bem e, como tal, não pode estar restrita a poucos, é um direito de muitos, de todos, do público. Nesse sentido, como afirma Flávio Porcello, "o telejornalismo é um bem social e um serviço público de alta relevância" (2013, p.13).

O jornalismo, então, por definição, pode ser entendido como um bem público, oferecido como serviço público e destinado ao público. Serviço prestado, como muitos outros, por empresas, sendo que essas, do mesmo modo que em outras áreas, podem ser privadas, com fins comerciais, ou governamentais, públicas. Lógica estendida para o telejornalismo.

No Brasil, temos emissoras comerciais e emissoras públicas. Sendo que as primeiras são voltadas para o lucro e controladas por grupos empresariais - tais como Globo, Bandeirantes, SBT. Já as últimas são formadas pelo conjunto dos canais de acesso público regulamentados pela Lei de TV a Cabo, ou seja, os canais universitários, legislativos e comunitários; pelas emissoras estatais; pela TV Brasil (EBC); e pelas TVs educativas. Assim, "apesar de terem em comum o fato de apresentarem-se como contraponto à TV de exploração comercial, estes canais possuem características muito diferenciadas no que refere-se à construção, consolidação, à própria identidade percebida socialmente" (COUTINHO, 2013, p.22).

Para esse estudo, nos interessam, especialmente, as emissoras comerciais e as educativas, aqui sintetizadas pela RPC-TV - por ser a de maior abrangência, alcance e audiência - e pela É-Paraná, mais antiga entre as públicas em funcionamento no estado. Com o estudo queremos perceber de que modo um assunto político-social, portanto público, de interesse público é abordado como informação e acontecimento jornalístico.

As edições do ParanáTV 2. edição e do Jornal é-Paraná de 29 de abril de 2015

O ParanáTV 2. edição é transmitido para todo o Paraná. Com tempo total de, aproximadamente, 14 minutos, a edição é dividida em três blocos, sendo que os dois

primeiros são fechados regionalmente e o último é destinado às notícias de âmbito estadual com apresentação no estúdio da cabeça de rede, em Curitiba. No dia 29 de abril de 2015, excepcionalmente, a edição foi transmitida na íntegra de Curitiba para todo o estado. Além disso, numa exceção à regra, todo o telejornal foi voltado para várias abordagens relativas à um assunto único, no caso a votação do projeto de lei que alteraria a Paranáprevidência e o, consequente, confronto desproporcional entre policiais e servidores públicos no Centro Cívico de Curitiba.

Assim, a cobertura jornalística dada pelo ParanáTV 2. edição aos acontecimentos jornalísticos, mas, principalmente, político-sociais do dia 29 de abril de 2015 teve início com um VT (2'00") sobre a votação em si. A reportagem iniciava contextualizando o processo de votação, as discussões na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, depois relatava a visita de dois dos três senadores do estado - Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT)⁴ - com sonoras de ambos defendendo o adiamento da votação, que se daria depois do parecer do Ministério da Previdência, seguia com o presidente da AL reiterando que a votação de daria de todo modo. Este VT foi seguido de link (45") onde a repórter atualizava em que pé estava a votação do projeto de lei, da realização de sessões extraordinárias que possibilitassem o fechamento da pauta e informando que o projeto de lei já havia sido aprovado em votação, o número de votos a favor e contrários.

Na sequência, o telejornal exibe mais um link (1'00"), dessa vez com repórter falando de fora da AL, da praça Nossa Senhora de Salete, onde se deu o confronto. No link, o jornalista relata que ele, o repórter cinematográfico e o assistente acompanharam as manifestações de muito perto e que estavam ao vivo, pela Globo News, quando presenciaram os ataques de policiais aos manifestantes com balas de borracha, bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, e spray de pimenta. O link é seguido de uma gravação (1'15") que reproduz a referida entrada ao vivo durante a tarde.

De volta ao estúdio, o apresentador chamada uma entrevista gravada com o governador Beto Richa no final da tarde do dia 29, repercutindo o confronto. O tempo total, incluindo cabeça, pergunta do repórter e resposta do governador é de 55". Desses, 35" dizem respeito a fala de Richa, que defende a ação policial, dizendo que ela foi necessária para garantir a votação e mesmo a vida dos policiais que estavam sob ameaça. O governador também expõe a tese, defendida pelo poder executivo por vários dias, de que a

⁴ Só não participou da votação o senador Álvaro Dias, do PSDB, mesmo partido do governador paranaense Beto Richa.

ação policial foi motivada pela ação de black blocks infiltrados no movimento dos professores.

O telejornal exibe um outro VT, novamente centrado no relato do repórter, como partícipe do acontecimento. Nessa reportagem são incluídas sonoras e abre-áudios com feridos - professor e uma pessoa que se identifica como não professor, que estava ali só para apoiar os servidores públicos - e com professores, pais e crianças de uma creche localizada no Centro Cívico. Os pais foram chamados para buscar as crianças porque o cheiro do gás lacrimogêneo tomava conta da região e, principalmente, porque as crianças estavam assustadas com o barulho dos tiros de balas de borracha e das bombas. Este VT é seguido por mais um link (45") no qual o repórter mostra qual é a situação no Centro Cívico, o local do confronto, naquele momento. Vale ressaltar ainda, que este bloco informacional detalha o número de feridos segundo a prefeitura - 200 pessoas -, número que veio a se confirmar posteriormente, e segundo o governo do estado - 40, sendo 20 policiais.

Uma nova sonora é exibida, dessa vez com uma representante da APP-Sindicato, Nádia Brixner. A cabeça tem 5" e a sonora, apenas resposta, 20". Os últimos formatos dessa edição são um link (1'00") acompanhado de um VT (1'35"). O repórter, ao vivo, apresenta um breve relato de como o confronto teria começado e sua duração. Já a reportagem, também construída com a narração em tempo real do repórter, mostra a ação dos manifestante e a reação da PM, o poderio, a força empregada na repressão, os utensílios de que a polícia lançou mão e como os policiais continuaram atacando mesmo quando os servidores recuavam e tentavam se esconder, fugir.

Bem diferente foi a cobertura do Telejornal É-Paraná, exibido pela emissora educativa É-Paraná entre 19h40 e 20h10 do mesmo dia 29 de abril de 2015. A cobertura dos acontecimentos no Centro Cívico se resumiu a uma nota coberta, com duração total de 1'55". Desses, 1'10" foram destinados a um off inicial que defendeu, de seu início ao fim, a tese de que os black blocks teriam provocado o confronto, atacando os policiais com bombas caseiras e que esses apenas reagiram para se defender. O off foi seguido de uma única sonora, do governador Beto Richa com duração de 45". Nela, o governador afirma que a polícia estava orientada, diretamente por ele, a ser "pacífica, tolerante" a só reagir se em caso de tentativa de destruição do patrimônio público do povo do Paraná, a Assembleia Legislativa, porque isso ele, Richa, não toleraria. O governador também destacava o número de policiais feridos, sem citar os civis, cidadão paranaenses feridos.

Considerações

As análises tecidas nesse artigo, claro, fazem parte de uma malha discursiva, como qualquer outra, contaminada. Os índices de contaminação, porém, nesse caso, são mais altos, concordamos. Afinal, os acontecimentos são muito recentes, ainda não é possível vê-los com distanciamento. Além disso, eles dizem respeito à comunidade universitária das instituições de ensino superior estaduais paranaenses da qual as autoras são parte integrante.

De todo modo, ressaltamos, o objetivo das reflexões não é ser mais uma voz de acusação contra o governo paranaense pela barbárie por ele autorizada e orquestrada contra cidadãos. As discussões empreendidas, pelo contrário, apenas tomam como ponto de partida e observação o acontecimento jornalístico 29 de abril de 2015 para debater o cumprimento ou não do papel social, público das emissoras de televisão ao enunciarem os fatos jornalísticos.

Gestos de leitura que apontam para um cenário preocupante e que, assim, corroboram para discussões em andamento sobre o caráter público do jornalismo, dos telejornais e das emissoras de TV. Nosso objetivo, desse modo, seguindo Foucault, é fazer um "diagnóstico do presente" do sentido atribuído ao público, enquanto designação e adjetivação, pelas emissoras de TV comerciais e educativas. Queremos, assim, tornar visível o que já é/está visível. "Fazer aparecer o que está tão próximo, tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que, em função disso, não o percebemos. (...) fazer ver o que vemos" (FOUCAULT, 2010, p.44)

Na cobertura analisada evidencia-se uma inversão. O telejornal de uma emissora de caráter comercial presta um serviço público de melhor qualidade - por ser mais plural, por dar mais voz ao público, entendido como as "vozes da cidadania" (Cádima, 2011) e não como governamental - do que a emissora pública. Esta, por não ter independência política e administrativa, justamente por sua ligação direta com o governo estadual, tem sua autonomia editorial comprometida, exercendo um jornalismo "chapa branca", em defesa dos interesses governamentais e não do público. Afinal, "o Estado é mais facilmente capaz de exercer influência na radiodifusão de serviço público do que na radiodifusão privada" (Shultz *apud* Cádima, 2011). Como Cádima, então, temos convicção de que "ao Estado cabe cada vez mais, por excelência, o papel de regulador, e não muito em particular nesse sector, o papel de regulado, de operador" (2011, p.189).

REFERÊNCIAS

CÁDIMA, Francisco Rui. Reflexão sobre a televisão pública europeia no contexto de transição para o digital. In: FREIRE FILHO, João; BORGES, Gabriela. *Estudos de televisão - Diálogos Brasil-Portugal*. Porto Alegre: Sulina, 2011

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e Público: sobre a natureza do serviço e das parcerias. In: VIZEU, Alfredo; MELLO, Edna; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). *Telejornalismo em questão*, Florianópolis: Insular, 2014.

_____. Sobre o (Tele)Jornalismo Público: conceitos e métodos de análise. In: COUTINHO, Iluska (Org.). *A informação na TV pública*. Florianópolis: Insular, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos* - vol. IV - Estratégias, Poder-Saber. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

PORCELLO, Flávio. O compromisso com a ética e a verdade na pesquisa científica. In: COUTINHO, Iluska (Org.). *A informação na TV pública*. Florianópolis: Insular, 2013.